

Demonstrações Contábeis

Individuais

Banco Bradescard S.A

1S22



Sumário

Relatório da Administração ... 2

Demonstrações Contábeis ... 3

Balanço Patrimonial ... 3

Demonstração do Resultado ... 5

Demonstração do Resultado Abrangente ... 6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido ... 7

Demonstração dos Fluxos de Caixa ... 8

Notas Explicativas da Administração ... 9

Relatório do Auditor Independente ... 35

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao primeiro semestre findo em 30 de junho de 2022, do Banco Bradescard S.A. (Bradescard ou Instituição), elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Bradescard atua no mercado de serviços financeiros, com destaque no crédito ao consumo por meio da emissão e gestão de cartões de crédito *private label*, cartões de crédito das bandeiras MasterCard, Elo e Visa, e produtos de crédito pessoal.

A segmentação de mercado reúne clientes de um mesmo perfil, com foco na qualidade do relacionamento, o que possibilita atendimento diferenciado e ganhos crescentes de produtividade e rapidez, produzindo, ainda, maior flexibilidade e competitividade na execução da estratégia de negócios, dimensionando as operações, em termos de qualidade e especialização.

Integrante das empresas da Organização Bradesco, o Bradescard, no segmento de cartões, fortalece o financiamento do consumo por meio de diversas parcerias com redes de varejo.

No primeiro semestre de 2022, o Bradescard registrou lucro líquido de R\$ 221 milhões, patrimônio líquido de R\$ 528 milhões e ativos totais de R\$ 12.260 milhões.

A Instituição possui participação societária na empresa Imagra Imobiliária Agrícola Ltda. A política de dividendos da Instituição assegura aos acionistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 1% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu estatuto social.

Em 22 de junho de 2022 o Bacen homologou a Ata da Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária de 18 de abril de 2022, que deliberou o aumento de capital social no montante de R\$ 45.111 mil, mediante capitalização de parte do saldo da conta "Reserva Legal", sem emissão de novas ações nominativas-escriturais.

Conforme a Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 18 de abril de 2022 foi deliberado a redução de capital social de R\$ 4.642.788 mil, sem movimentação de ações nominativas-escriturais. Ainda em processo de aprovação pelo Bacen.

Agradecemos o apoio e confiança dos nossos clientes e parceiros comerciais e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e demais colaboradores.

Osasco, SP, 04 de agosto de 2022.

Diretoria

Balço Patrimonial

	Nota	R\$ mil	
		Em 30 de junho de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Ativo			
Disponibilidades	04	3.181	3.065
Instrumentos financeiros		10.206.349	12.287.597
Aplicações interfinanceiras de liquidez	05a	241.848	2.642.854
Títulos e valores mobiliários	06	12	11
Operações de crédito	07	3.344.005	3.214.238
Outros instrumentos financeiros	08	6.620.484	6.430.494
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	07h	(1.546.098)	(1.499.552)
Operações de crédito		(1.209.189)	(1.183.399)
Outros créditos		(336.909)	(316.153)
Créditos tributários	25c	1.519.584	1.503.347
Investimentos em coligadas	09	149.443	143.139
Imobilizado de uso	10	40.142	40.178
Intangível	11	1.364.951	1.340.855
Depreciações e amortizações		(1.102.445)	(1.015.971)
Imobilizado de uso	10	(39.072)	(38.493)
Intangível	11	(1.063.373)	(977.478)
Outros ativos	12	1.777.049	1.743.557
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	11	(152.482)	(227.870)
Total do ativo		12.259.674	14.318.345

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Balço Patrimonial

	Nota	R\$ mil	
		Em 30 de junho de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Passivo			
Depósitos e demais instrumentos financeiros		6.879.312	3.288.528
Recursos de clientes	13a	788	2.276
Recursos de instituições financeiras	13b	3.588.357	-
Outros passivos financeiros	13d	3.290.167	3.286.252
Provisões	14	1.516.108	1.487.024
Outras provisões	14	1.516.108	1.487.024
Impostos diferidos	25e	309.798	290.884
Outros passivos	16	3.026.356	3.722.575
Total do passivo		11.731.574	8.789.011
Patrimônio líquido			
Capital social	17a	4.907.788	4.862.677
Redução de capital		(4.642.788)	-
Reservas de lucros	17c	263.298	666.895
Ajuste de avaliação patrimonial		(198)	(238)
Total do patrimônio líquido		528.100	5.529.334
Total do passivo e patrimônio líquido		12.259.674	14.318.345

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Resultado

	Nota	R\$ mil	
		Acumulado em 30 de junho	
		2022	2021
Receitas da intermediação financeira		896.049	1.006.133
Operações de crédito	07g	1.176.993	1.043.903
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	06a	90.551	28.424
Resultado de operações de câmbio		(248)	(69)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		(371.247)	(66.125)
Despesas de intermediação financeira		(88.359)	(86)
Operações de captações no mercado	13c	(88.359)	(86)
Resultado da intermediação financeira		807.690	1.006.047
(Despesa)/Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	07h	(523.554)	(393.940)
- Operações de crédito		(500.473)	(442.948)
- Outros créditos		(23.081)	49.008
Resultado bruto da intermediação financeira		284.136	612.107
Outras receitas/(despesas) operacionais		118.131	(293.220)
Receitas de prestação de serviços	18	712.669	679.893
Despesas de pessoal	19	(9.630)	(15.336)
Outras despesas administrativas	20	(410.030)	(430.983)
Despesas tributárias	21	(93.920)	(104.952)
Resultado de participações em coligadas	09	6.265	2.590
Outras receitas operacionais	22	322.143	114.742
Outras despesas operacionais	23	(385.855)	(504.942)
Despesas de provisões		(23.511)	(34.232)
- Trabalhistas	15b	(1.349)	(566)
- Cíveis	15b	(21.808)	(32.744)
- Outras		(354)	(922)
Resultado operacional		402.267	318.887
Resultado não operacional		-	6
Resultado antes da tributação sobre o lucro		402.267	318.893
Imposto de renda e contribuição social	25a	(181.241)	(166.935)
Lucro líquido		221.026	151.958
Lucro por lote de mil ações		35,36	24,31

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Resultado Abrangente

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
	2022	2021
Lucro líquido do período	221.026	151.958
Itens que podem ser reclassificados para o resultado	40	(157)
Outros resultados abrangentes	40	(157)
Itens que não podem ser reclassificados para o resultado	-	-
Resultado abrangente do período	221.066	151.801

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Eventos	R\$ mil						
	Capital Social	Redução de Capital	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Totais
			Legal	Estatutárias			
Saldos em 31 de dezembro de 2020	4.862.677	-	69.718	399.870	(64)	-	5.332.201
Ajustes Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(157)	-	(157)
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	151.958	151.958
Destinações:							
- Reservas	-	-	7.598	142.917	-	(150.515)	-
- Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(1.443)	(1.443)
Saldos em 30 de junho de 2021	4.862.677	-	77.316	542.787	(221)	-	5.482.559
Saldos em 31 de dezembro de 2021	4.862.677	-	89.483	577.412	(238)	-	5.529.334
Aumento de Capital Social	45.111	-	(45.111)	-	-	-	-
Redução de Capital Social	-	(4.642.788)	-	-	-	-	(4.642.788)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	40	-	40
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	221.026	221.026
Destinações:							
- Reservas	-	-	11.051	207.875	-	(218.926)	-
- Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(2.100)	(2.100)
Dividendos pagos com reservas	-	-	-	(577.412)	-	-	(577.412)
Saldos em 30 de junho de 2022	4.907.788	(4.642.788)	55.423	207.875	(198)	-	528.100

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
	2022	2021
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	402.267	318.893
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:	668.012	491.186
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	523.554	393.940
Depreciações e Amortizações	86.502	54.491
Constituições de Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	63.743	44.745
Resultado de Participações em Coligadas	(6.265)	(2.590)
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa	249	67
Outros	229	533
Lucro Líquido Ajustado Antes dos Impostos	1.070.279	810.079
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(241.848)	607.571
(Aumento)/Redução em Outros instrumentos financeiros	(169.234)	11.786
(Aumento)/Redução em Operações de crédito	(627.530)	(253.220)
(Aumento)/Redução em Outros ativos	(33.558)	68.396
Aumento/(Redução) em Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	3.590.784	(188.374)
Aumento/(Redução) em Outros Passivos	(599.537)	(52.000)
Aumento/(Redução) em Provisões	(34.887)	37.268
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(109.048)	(51.728)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	2.845.421	915.242
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
(Aumento)/Redução em Títulos Disponível para Venda	-	(682)
Alienação de Imobilizado de Uso	9	-
Aquisição de Intangível	(99.484)	(48.068)
Dividendos Recebidos	65	56
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimentos	(99.410)	(48.694)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:		
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(745.712)	(159)
Redução de Capital	(4.642.788)	-
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamento	(5.388.500)	(159)
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(2.642.489)	866.389
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do período	2.645.919	1.443.675
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa	(249)	(67)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do período	3.181	2.309.997
A Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(2.642.489)	866.389

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Bradescard S.A. (Bradescard ou Instituição) está autorizado a operar com a carteira comercial e de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, e certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

É parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se dos recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto. Para fins de clareza e análise, informamos que os dados completos de todos os negócios de cartões constam nas Demonstrações Contábeis Consolidadas da Organização Bradesco. Nas Demonstrações Contábeis do Bradescard, estão sendo apresentadas parte dos negócios de cartões, ou seja, somente daqueles portfólios e ativos vinculados diretamente a esta entidade jurídica.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen).

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis do Bradescard evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações contábeis incluem, estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 04 de agosto de 2022.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Estas demonstrações contábeis seguem, em todos os seus aspectos relevantes, os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados para as demonstrações contábeis anuais do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 e devem ser analisados em conjunto com aquelas demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Disponibilidades em moeda nacional	195	132
Disponibilidade em moeda estrangeira	2.986	2.933
Total de disponibilidades (caixa)	3.181	3.065
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	-	2.642.854
Total de caixa e equivalentes de caixa	3.181	2.645.919

(1) Referem-se às operações cujos vencimentos, na data da efetiva aplicação eram iguais ou inferiores a 90 dias e que apresentavam risco insignificante de mudança de valor justo.

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos

	R\$ mil			
	1 a 30 dias	181 a 360 dias	Em 30 de junho de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Aplicações no mercado aberto:				
Posição Bancada	-	241.848	241.848	2.642.854
Letras do Tesouro Nacional	-	241.848	241.848	-
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	2.642.854
Total em 30 de junho de 2022	-	241.848	241.848	
%		100,0	100,0	
Total em 31 de dezembro de 2021	2.642.854	-		2.642.854
%	100,0			100,0

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Classificadas na demonstração de resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
	2022	2021
Rendas de aplicações em operações compromissadas:		
Posição bancada	50.501	23.480
Subtotal	50.501	23.480
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	40.050	4.944
Total	90.551	28.424

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 2022, refere-se a títulos disponível para venda (certificado de depósito bancário) no valor de mercado de R\$ 12 mil (em 31 de dezembro de 2021 – R\$ 11 mil).

a) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
	2022	2021
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	90.551	28.424
Total	90.551	28.424

b) Durante os períodos findos em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o Bradescard não operou com instrumentos financeiros derivativos.

7) OPERAÇÕES DE CRÉDITO, OUTROS CRÉDITOS E PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

a) Modalidades e níveis de risco

	R\$ mil											
	Níveis de risco										Em 30 de junho de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H			
Empréstimos e títulos descontados	1.497	999.139	285.445	523.007	327.961	206.303	198.979	182.257	619.417	3.344.005	3.214.238	
Subtotal	1.497	999.139	285.445	523.007	327.961	206.303	198.979	182.257	619.417	3.344.005	3.214.238	
Outros créditos (1)	14.164	4.076.933	837.784	1.335.193	154.565	33.168	16.771	12.219	67.795	6.548.592	6.423.053	
Subtotal	14.164	4.076.933	837.784	1.335.193	154.565	33.168	16.771	12.219	67.795	6.548.592	6.423.053	
Total geral em 30 de junho de 2022	15.661	5.076.072	1.123.229	1.858.200	482.526	239.471	215.750	194.476	687.212	9.892.597		
Total geral em 31 de dezembro de 2021	16.420	5.091.491	1.070.135	1.774.420	387.534	215.025	151.589	129.816	800.861		9.637.291	

1) A rubrica "Outros créditos" compreende operações com cartão de crédito.

b) Composição das operações de crédito por nível de risco e fluxo de vencimento

	R\$ mil											
	Níveis de risco										Total em 30 de junho de 2022	Total em 31 de dezembro de 2021
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H			
Curso normal	15.661	5.076.072	1.031.240	1.717.388	286.653	76.210	37.614	25.425	134.175	8.400.438	8.246.925	
Parcelas vincendas	15.597	4.985.377	1.025.779	1.698.854	276.222	72.836	35.929	24.223	128.739	8.263.556	7.281.262	
1 a 30	4.602	1.691.554	321.318	499.734	69.021	16.893	8.375	6.074	39.168	2.656.739	1.770.802	
31 a 60	2.360	827.127	171.758	278.749	42.714	10.575	5.510	3.938	21.148	1.363.879	1.403.120	
61 a 90	1.729	553.451	120.104	195.158	28.946	7.309	3.901	2.747	13.103	926.448	901.753	
91 a 180	3.197	960.348	211.259	353.190	55.205	14.272	7.206	4.796	22.822	1.632.295	1.625.380	
181 a 360	2.579	689.995	143.989	257.679	46.591	12.573	5.608	3.616	18.220	1.180.850	1.130.730	
Acima de 360	1.130	262.902	57.351	114.344	33.745	11.214	5.329	3.052	14.278	503.345	449.477	
Vencidas até 14 dias	64	90.695	5.461	18.534	10.431	3.374	1.685	1.202	5.436	136.882	965.663	
Curso anormal	-	-	91.989	140.812	195.873	163.261	178.136	169.051	553.037	1.492.159	1.390.366	
Parcelas vencidas	-	-	73.291	122.484	188.855	161.287	177.106	168.337	550.289	1.441.649	1.342.426	
1 a 14	-	-	-	13	10	6	6	4	7	46	32	
15 a 30	-	-	73.291	19.332	9.457	3.581	1.879	1.234	5.391	114.165	99.671	
31 a 60	-	-	-	103.139	17.764	8.182	3.705	2.489	9.739	145.018	138.916	
61 a 90	-	-	-	-	161.624	15.280	7.584	4.838	16.368	205.694	158.234	
91 a 180	-	-	-	-	-	134.238	163.932	159.772	60.251	518.193	423.584	
181 a 360	-	-	-	-	-	-	-	-	458.533	458.533	521.980	
Parcelas vincendas	-	-	18.698	18.328	7.018	1.974	1.030	714	2.748	50.510	47.940	
1 a 30	-	-	2.710	2.328	1.112	448	255	192	762	7.807	6.870	
31 a 60	-	-	442	443	243	72	48	31	137	1.416	1.722	
61 a 90	-	-	653	612	264	74	46	31	134	1.814	1.940	
91 a 180	-	-	1.841	1.714	701	204	107	69	321	4.957	5.513	
181 a 360	-	-	3.892	4.013	1.442	368	173	113	489	10.490	10.687	
Acima de 360	-	-	9.160	9.218	3.256	808	401	278	905	24.026	21.208	
Total geral	15.661	5.076.072	1.123.229	1.858.200	482.526	239.471	215.750	194.476	687.212	9.892.597	9.637.291	
Provisão mínima requerida	-	25.380	11.232	55.746	48.253	71.841	107.875	136.135	687.212	1.143.674	1.160.180	
Provisão complementar	-	4.406	22.352	129.888	96.457	47.870	43.128	58.323	-	402.424	339.372	
Provisão existente	-	29.786	33.584	185.634	144.710	119.711	151.003	194.458	687.212	1.546.098	1.499.552	

c) Segregação de prazo por operação

Exposição	R\$ mil							
	Em dia	Atraso até 14 dias	Atraso de 15 a 60 dias	Atraso de 61 a 90 dias	Atraso de 91 a 180 dias	Atraso de 181 a 360 dias	Atraso acima de 360 dias	Em 30 de junho de 2022
Operações de crédito	7.743.035	421.618	508.514	226.732	531.064	461.634	-	9.892.597

d) Concentração de operações de crédito e outros créditos

	R\$ mil			
	Em 30 de junho de 2022	% (1)	Em 31 de dezembro de 2021	% (1)
Maior devedor	1.355	-	642	-
Dez maiores devedores	4.462	-	2.976	0,2
Vinte maiores devedores	6.148	0,1	4.136	0,3
Cinquenta maiores devedores	9.384	0,1	6.369	0,5
Cem maiores devedores	12.774	0,1	9.011	0,7

(1) Em relação ao total da carteira – critério Bacen.

e) Setor de atividade econômica

	R\$ mil			
	Em 30 de junho de 2022	%	Em 31 de dezembro de 2021	%
Setor privado	9.892.597	100,0	9.637.291	100,0
Pessoa jurídica	614	-	45	-
Pessoa física	9.891.983	100,0	9.637.246	100,0
Total	9.892.597	100,0	9.637.291	100,0

f) Movimentação da carteira de renegociação

	R\$ mil	
	2022	2021
Saldo inicial do período	494.064	538.236
Renegociação	620.422	794.834
Recebimentos	(562.714)	(637.386)
Baixas	(32.179)	(26.684)
Saldo final em 30 de junho	519.593	669.000
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	248.520	463.710
Percentual sobre a carteira de renegociação	47,8%	69,3%

g) Receitas de operações de crédito

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
	2022	2021
Empréstimos e títulos descontados	914.324	848.027
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (1)	262.669	195.876
Total	1.176.993	1.043.903

(1) No semestre findo em 30 de junho de 2022, houve cessão de crédito no montante de R\$ 2.976.192 mil, sendo operações ativas R\$ 426.831 mil e, operações já baixadas para prejuízo no montante de R\$ 2.549.362, sem retenção de riscos e benefícios, cujo valor de venda total foi de R\$ 268.056 mil.

h) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	R\$ mil	
	30 de junho de 2022	31 de dezembro de 2021
- Provisão específica (1)	845.400	1.022.473
- Provisão genérica (2)	314.780	429.224
- Provisão complementar (3)	339.372	261.892
Saldo inicial do exercício	1.499.552	1.713.589
Constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	523.554	827.584
Baixas para prejuízo	(477.008)	(1.041.621)
Saldo final em 30 de junho	1.546.098	1.499.552
- Provisão específica (1)	834.151	845.400
- Provisão genérica (2)	309.521	314.780
- Provisão complementar (3)	402.426	339.372

(1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias;

(2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior; e

(3) A provisão complementar é constituída considerando a experiência da Administração e a expectativa de realização da carteira de créditos, de modo a apurar a provisão total julgada adequada para cobrir os riscos específicos e globais dos créditos, associada à provisão calculada de acordo com a classificação pelos níveis de risco e os respectivos percentuais de provisão estabelecidos como mínimos na Resolução nº 2.682/99 do CMN. A provisão complementar por cliente foi classificada nos níveis de riscos correspondentes (Nota 7b).

8) OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Outros créditos (1)	6.548.592	6.423.053
Relações interfinanceiras de liquidez	65.336	478
Títulos e créditos a receber	6.556	6.963
Total	6.620.484	6.430.494

1) A rubrica "Outros créditos" compreende operações com cartão de crédito.

9) INVESTIMENTOS**a) Composição dos investimentos nas demonstrações contábeis**

Empresas	R\$ mil	
	Valor contábil	
	Em 30 de junho de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Imagra Imobiliária e Agrícola Ltda.	149.443	143.139
Total	149.443	143.139

b) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica "Resultado de participações em coligadas" e estão demonstrados abaixo:

Empresas	R\$ mil						
	Capital social	Patrimônio Líquido	Quantidade de cotas possuídas (em milhares)	Participação no capital social %	Lucro Líquido	Resultado de equivalência patrimonial	
						Acumulados em 30 de junho	
						2022	2021
Imagra Imobiliária e Agrícola Ltda.	215.250	416.026	77.321	35,921415	17.440	6.265	2.590
Total	215.250	416.026	77.321		17.440	6.265	2.590

10) IMOBILIZADO DE USO

	R\$ mil				
	Taxa	Custo	Depreciação	Custo líquido de depreciação	
				Em 30 de junho de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Instalações, móveis, máquinas e equipamentos	10%	572	(4)	568	568
Sistema de processamento de dados	20%	39.570	(39.068)	502	1.117
Total em 30 de junho de 2022		40.142	(39.072)	1.070	
Total em 31 de dezembro de 2021		40.178	(38.493)		1.685

11) INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por:

	R\$ mil					
	Taxa (1)	Custo	Amortização	Provisões para redução ao valor recuperado de ativos (3)	Custo líquido de amortização	
					Em 30 de junho de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Software (2)	20%	377.891	(332.943)	-	44.948	41.738
Acordos operacionais	Contrato	987.060	(730.430)	(152.482)	104.148	93.769
Total geral em 30 de junho de 2022		1.364.951	(1.063.373)	(152.482)	149.096	
Total geral em 31 de dezembro de 2021		1.340.855	(977.478)	(227.870)		135.507

(1) A amortização dos ativos intangíveis é efetuada no decorrer de um período estimado de benefício econômico e contabilizada como outras despesas administrativas;

(2) Softwares adquiridos e/ou desenvolvidos por empresas especializadas; e

(3) Valor referente ao *Impairment* registrado para acordos de parcerias.

12) OUTROS ATIVOS

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Depósitos fiscais	1.447.023	1.408.161
Impostos a compensar	120.078	143.812
Depósitos cíveis	76.687	71.511
Depósitos trabalhistas	33.310	28.481
Outros	99.951	91.592
Total	1.777.049	1.743.557

13) DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS**a) Recursos de clientes**

	R\$ mil		
	1 a 30 dias	Em 30 de junho de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Depósitos			
- À vista	788	788	2.276
Total em 30 de junho de 2022	788	788	
%	100,0	100,0	
Total em 31 de dezembro de 2021	2.276		2.276
%	100,0		100,0

b) Recursos de instituições financeiras

	R\$ mil				
	1 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Em 30 de junho de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Depósitos interfinanceiros	-	3.588.357	-	3.588.357	-
Total	-	3.588.357	-	3.588.357	-

c) Operações de captações no mercado

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
	2022	2021
Depósitos interfinanceiros	88.357	83
Contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito - FGC	2	3
Total	88.359	86

d) Outros passivos financeiros

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Relações interfinanceiras	3.290.167	3.286.252
Total	3.290.167	3.286.252

14) OUTRAS PROVISÕES

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Provisões Fiscais	1.435.493	1.396.976
Provisões Cíveis	64.469	68.906
Provisões Trabalhistas	1.756	6.133
Outras	14.390	15.009
Total	1.516.108	1.487.024

15) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial, o pagamento de “horas extras” em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Considerando que a base de processos é formada, basicamente, por processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída considerando os seguintes fatores, entre outros: data da entrada dos processos (antes ou após a reforma trabalhista de novembro/2017), com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas encerrados nos últimos 12 meses antes e após a reforma trabalhista, correção monetária das medias apuradas.

É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema de “ponto eletrônico” e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários do Banco Bradescard não têm valores individuais relevantes.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial, referentes a produtos e serviços bancários, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e à reposição dos índices de inflação expurgados resultantes de planos econômicos. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com

processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais. A maioria dessas ações envolve Juizado Especial Cível (JEC), no qual os pedidos estão limitados em 40 salários mínimos.

III - Provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante, as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

A principal tese é:

- PIS e COFINS no montante de R\$ 1.435.493 mil (em 31 de dezembro de 2021 – R\$ 1.396.976 mil): pleiteia calcular e recolher as referidas contribuições sobre as receitas de prestação de serviços (faturamento), afastando a aplicabilidade dos artigos 3º, § 1º e 8º da Lei nº 9.718/98 e ainda, recolher a COFINS utilizando a alíquota de 2% prevista na LC 70/91.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

IV - Movimentação das provisões – Despesas de provisões

	R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais (1)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	6.133	68.906	1.396.976
Atualização monetária	229	1.840	38.517
Constituições líquidas de reversões	1.349	21.808	-
Pagamentos	(5.955)	(28.085)	-
Saldo em 30 de junho de 2022	1.756	64.469	1.435.493

(1) Composto, substancialmente, por obrigações legais.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como “autora” ou “ré” e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram, em 30 de junho de 2022, R\$ 96.616 mil (Em dezembro de 2021 – R\$ 108.895 mil) para os processos cíveis e R\$ 109.668 mil (em 31 de dezembro de 2021 – R\$ 107.482 mil) para os processos fiscais.

O principal processo fiscal com essa classificação é:

- IRPJ e CSLL – Ano base de 2008 a 2013 - R\$ 50.757 mil (em 31 de dezembro de 2021 – R\$ 49.158 mil): lançados sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimento.

16) OUTROS PASSIVOS

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Operações relacionadas a cartão de crédito	2.907.330	3.395.284
Impostos e contribuições a recolher	92.441	150.775
Resultado Exercícios Futuros	24.270	7.962
Sociais e estatutárias	2.100	168.300
Outros	215	254
Total	3.026.356	3.722.575

17) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, no montante de R\$ 4.907.788 mil (em 31 de dezembro de 2021 – R\$ 4.862.677 mil), está representado por 6.251.374.560 ações nominativas escriturais (em 31 de dezembro de 2021 – 6.251.374.560), sendo 3.125.687.280 ordinárias (em 31 de dezembro de 2021 – 3.125.687.280) e 3.125.687.280 preferenciais (em 31 de dezembro de 2021 – 3.125.687.280).

Em 22 de junho de 2022 o Bacen homologou a Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2022, que deliberou o aumento de capital social no montante de R\$ 45.111 mil, mediante capitalização de parte do saldo da conta “Reserva Legal”, sem emissão de novas ações nominativas-escriturais.

Conforme a Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2022 foi deliberado a redução de capital social de R\$ 4.642.788 mil, sem movimentação de ações nominativas-escriturais. Ainda em processo de aprovação pelo Bacen.

b) Movimentação do capital social

	Quantidade de ações		R\$ mil	
	2022	2021	2022	2021
Início do período	6.251.374.560	6.251.374.560	4.862.677	4.862.677
Aumento de capital com reserva (1)	-	-	45.111	-
Final do período	6.251.374.560	6.251.374.560	4.907.788	4.862.677

(1) Em 22 de junho de 2022 o Bacen homologou a Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 18 de abril de 2022, que deliberou o aumento de capital social no montante de R\$ 45.111 mil, mediante capitalização de parte do saldo da conta “Reserva Legal”, sem emissão de novas ações nominativas-escriturais.

c) Reservas de lucros

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Reservas de lucros	263.298	666.895
- Reserva legal (1)	55.423	89.483
- Reservas estatutárias (2)	207.875	577.412

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser constituída em até 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se

das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

O cálculo dos dividendos relativos ao semestre findo em 30 de junho de 2022 está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	%
Lucro líquido	221.026	
(-) Reserva legal – 5% sobre o lucro	(11.051)	
Base de cálculo	209.975	
Dividendos propostos em 30 de junho de 2022	2.100	1%
Dividendos propostos em 31 de dezembro de 2021 (1)	-	1%

(1) Em 30 de dezembro de 2021, foi deliberado juros sobre o capital próprio aos acionistas de R\$ 198.000 mil (líquido de imposto de renda retido na fonte R\$ 168.300 mil), onde o referido valor foi computado no cálculo de dividendos mínimo obrigatório do exercício de 2021, desta forma o dividendo proposto no primeiro semestre foi revertido em 31 de dezembro de 2021. O valor de juros sobre o capital próprio provisionado foi pago em 25 de abril de 2022.

e) Lucro por Ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Instituição, pela quantidade da média ponderada de ações.

18) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
	2022	2021
Rendas com cartões de crédito (1)	436.829	457.565
Comissões	245.517	208.751
Rendas de antecipação de obrigações	30.323	13.577
Total	712.669	679.893

(1) Inclui tarifas bancárias e anuidades.

19) DESPESAS DE PESSOAL

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
	2022	2021
Proventos	5.347	8.304
Benefícios	1.820	3.182
Encargos sociais	1.566	2.386
Participação dos empregados no lucro	876	1.413
Outros	21	51
Total	9.630	15.336

20) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
	2022	2021
Serviços de terceiros	165.286	195.004
Depreciações e amortizações	86.502	54.491
Processamentos de dados	81.287	91.300
Comunicações	53.349	62.091
Transporte	10.504	12.369
Serviços do sistema financeiro	4.410	3.482
Propaganda, promoções e publicidade	4.041	4.998
Manutenção e conservação de bens	2.994	2.162
Materiais e energia	355	3.513
Aluguéis e arrendamento de bens	283	755
Viagens	104	18
Outras	915	800
Total	410.030	430.983

21) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
	2022	2021
Contribuição à Cofins	66.978	63.479
Contribuição ao PIS	10.887	30.393
Impostos sobre serviços de qualquer natureza – ISSQN	14.087	10.319
Outras	1.968	761
Total	93.920	104.952

22) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
	2022	2021
Reversões de provisões operacionais	267.067	93.555
Atualização monetária ativa	48.223	13.686
Recuperação de encargos e despesas	6.224	3.135
Outras	629	4.366
Total	322.143	114.742

23) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
	2022	2021
Despesas de comercialização de cartão de crédito	175.318	229.994
Descontos concedidos em renegociações	77.507	169.561
Atualização monetária passiva	70.583	12.190
Despesas de serviços de associados	38.726	53.900
Perdas operacionais	7.532	5.563
Outras	16.189	33.734
Total	385.855	504.942

24) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a Resolução nº 4.818/20 do CMN, a Organização também dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no site de Relações com Investidores. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	R\$ mil					
	Controlador (1)		Coligadas		Pessoal - Chave da Administração	
	Em 30 de junho de 2022	Em 31 de dezembro de 2021	Em 30 de junho de 2022	Em 31 de dezembro de 2021	Em 30 de junho de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Ativos						
Disponibilidades	3.081	3.065	-	-	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	241.848	2.642.854	-	-	-	-
Dividendos a receber	-	-	-	66	-	-
Operações de crédito, outros créditos e outros valores e bens	-	13	5.797	1.893	-	-
Passivos						
Recursos de instituições financeiras	3.588.357	-	552	558	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	2.100	168.300	-	-	-	-
Outros passivos	517	1.299	1.530.141	629.486	-	-

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil					
	Controlador (1)		Coligadas		Pessoal - Chave da Administração	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Resultado						
Receitas de intermediação financeira	90.551	28.424	-	-	-	-
Despesas de intermediação financeira	88.357	86	-	-	-	-
Outras despesas, líquidas de outras receitas operacionais	-	-	10.677	3.816	42	(161)

(1) Banco Bradesco S.A.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e

- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Não foi fixada remuneração aos Administradores da Instituição, tendo em vista que todos já recebem remuneração pelas funções que exercem no Banco Bradesco S.A., controlador direto, em consonância com a prática da Organização.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

25) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
	2022	2021
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	402.267	318.893
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(181.020)	(143.502)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas	2.819	1.166
Despesas indedutíveis líquidas das receitas não tributáveis	(3.066)	(2.409)
Outros valores	26	(22.190)
Imposto de renda e contribuição social do período	(181.241)	(166.935)

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Acumulado em 30 de junho	
	2022	2021
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(178.564)	(78.653)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no semestre, sobre adições e exclusões temporárias	(2.677)	(88.282)
Total dos impostos diferidos	(2.677)	(88.282)
Imposto de renda e contribuição social do período	(181.241)	(166.935)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Constituição	Realização	Saldo em 30 de junho de 2022
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	689.099	255.187	(162.883)	781.403
Provisões fiscais	604.266	17.332	-	621.598
Provisões cíveis	31.008	828	(2.825)	29.011
Provisões trabalhistas	2.760	103	(2.073)	790
Impairment de títulos e investimentos	102.541	-	(33.925)	68.616
Outros	73.673	1.465	(56.972)	18.166
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	1.503.347	274.915	(258.678)	1.519.584
Obrigações fiscais diferidas (Nota 25e)	290.884	18.914	-	309.798
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	1.212.463	256.001	(258.678)	1.209.786

d) Projeção de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	R\$ mil		
	Diferenças temporárias		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	
2022	366.235	292.988	659.223
2023	450.310	341.654	791.964
2024	19.268	15.414	34.682
2025	18.731	14.984	33.715
Total	854.544	665.040	1.519.584

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada com a expectativa de lucros contábeis.

Em 30 junho de 2022, o valor presente dos créditos tributários calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 1.479.217 mil (em 31 de dezembro de 2021 – R\$ 1.453.447 mil) de diferenças temporárias.

Todos os créditos tributários do Banco Bradescard foram devidamente ativados

e) Obrigações fiscais diferidas

	R\$ mil			
	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Constituição	Realização	Saldo em 30 de junho de 2022
Atualização de depósitos judiciais	290.884	18.914	-	309.798
Total dos impostos diferidos (Nota 25c)	290.884	18.914	-	309.798

26) BALANÇO PATRIMONIAL POR PRAZO

	R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado	Total
Ativo						
Disponibilidades	3.181	-	-	-	-	3.181
Instrumentos financeiros	2.986.681	5.059.879	1.631.569	527.371	-	10.205.500
- Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	241.848	-	-	241.848
- Títulos e valores mobiliários	-	-	12	-	-	12
- Operações de crédito	1.105.974	562.307	1.389.709	286.015	-	3.344.005
- Outros Instrumentos financeiros	1.880.707	4.497.572	-	241.356	-	6.619.635
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(183.507)	(766.416)	(540.493)	(55.682)	-	(1.546.098)
- Operações de crédito	(96.359)	(577.629)	(491.998)	(43.203)	-	(1.209.189)
- Outros Créditos	(87.148)	(188.787)	(48.495)	(12.479)	-	(336.909)
Créditos tributários	293.017	537.073	426.380	263.114	-	1.519.584
Investimentos em coligadas	-	-	-	-	149.443	149.443
Imobilizado de uso	-	-	-	-	40.142	40.142
Intangível	-	-	-	-	1.364.951	1.364.951
Depreciação e amortização acumulada	-	-	-	-	(1.254.927)	(1.254.927)
- Imobilizado de uso	-	-	-	-	(39.072)	(39.072)
- Intangível	-	-	-	-	(1.215.855)	(1.215.855)
Outros ativos	144.434	8.769	46.193	1.578.502	-	1.777.898
Total do ativo em 30 de junho de 2022	3.243.806	4.839.305	1.563.649	2.313.305	299.609	12.259.674
Total do ativo em 31 de dezembro de 2021	5.721.505	4.116.680	1.441.609	2.758.220	280.331	14.318.345

	R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado	Total
Passivo						
Depósitos e demais instrumentos financeiros	3.290.955	-	3.588.357	-	-	6.879.312
Recursos de clientes	788	-	-	-	-	788
Recursos de instituições financeiras	-	-	3.588.357	-	-	3.588.357
Outros passivos financeiros	3.290.167	-	-	-	-	3.290.167
Provisões	13.815	8.750	8.462	1.485.081	-	1.516.108
Outras provisões	13.815	8.750	8.462	1.485.081	-	1.516.108
Impostos diferidos	-	-	-	309.798	-	309.798
Outros passivos	2.954.739	69.517	-	2.100	-	3.026.356
Total do passivo	6.259.509	78.267	3.596.819	1.796.979	-	11.731.574
Total do patrimônio líquido	-	-	-	-	528.100	528.100
Total em 30 de junho de 2022	6.259.509	78.267	3.596.819	1.796.979	528.100	12.259.674
Total em 31 de dezembro de 2021	6.852.369	168.498	-	1.768.144	5.529.334	14.318.345

27) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Resultados recorrentes e não recorrentes

No primeiro semestre de 2022 nosso resultado contábil foi de R\$ 221.026 mil, onde o resultado recorrente foi de R\$ 221.026 mil, não havendo resultado não recorrente.

No primeiro semestre de 2021 nosso resultado contábil foi de R\$ 151.958 mil, onde o resultado recorrente foi de R\$ 151.958 mil, não havendo resultado não recorrente.

b) Plano de previdência complementar

O Banco Bradescard é patrocinador de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). O PGBL é um plano de previdência do tipo de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um FIE (Fundo de Investimento Exclusivo).

O PGBL é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e a BRAM – Bradesco Asset Management S.A. DTVM é a responsável pela gestão financeira dos fundos FIEs.

As contribuições dos funcionários do Bradescard são equivalentes a, no mínimo, 4% do salário e as contribuições do Bradescard são de 5% do salário.

As obrigações atuariais do plano de contribuição definida (PGBL) estão integralmente cobertas pelo patrimônio do FIE correspondente.

As despesas com contribuições efetuadas durante o primeiro semestre de 2022 totalizaram R\$ 647 mil (em 30 de junho de 2021 – R\$ 728 mil).

c) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

O Banco Bradescard, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

d) Outros assuntos

Em 28 de abril de 2022, foi publicada a Medida Provisória nº 1.115 (“MP”) que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL dos setores financeiro, em um ponto percentual, durante o período de 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022, porém os impactos não serão relevantes nas demonstrações contábeis da Instituição.

Em 06 de julho de 2022, foi publicada a Medida Provisória nº 1.128 (“MP”) que altera os critérios para o reconhecimento fiscal das perdas com operações de crédito do setor financeiro, que produzirá efeito a partir de 1º de janeiro de 2025. O Bradesco aguardará a conversão da MP em Lei para uma análise mais profunda e conclusiva, uma vez que possíveis emendas à MP podem ser propostas.

e) Não houve eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2022.

A DIRETORIA

Célio Magalhães – Contador – CRC 1SP199295/O-5



KPMG Auditores Independentes Ltda
Rua Verbo Divino, 1400, Conjuntos 101, 201, 301 e 401,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo – SP
Caixa Postal 79518 – CEP 04717-970 – São Paulo – SP – Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Ao
Conselho de Administração e Acionistas do
Banco Bradescard S.A.
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Bradescard S.A. (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bradescard S.A. em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos

foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação da mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)

Conforme apresentado na nota explicativa nº 7 a Instituição registrou em 30 de junho de 2022, R\$ 1.546.098 mil de provisão para créditos de liquidação duvidosa para as operações de crédito, que compreendem, as operações de crédito e outros. Para determinar a provisão para créditos de liquidação duvidosa a Instituição classifica as operações de crédito em nove níveis de risco (“ratings”), levando em consideração fatores e premissas dos clientes e das operações, tais como situação econômico-financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica, características das garantias, dias de atraso e demais fatores e premissas previstos na Resolução CMN nº 2.682/99, sendo “AA” o risco mínimo e “H” o risco máximo, aplicando os respectivos percentuais de perda determinados pela referida Resolução para cada rating.

Adicionalmente, a Instituição complementa suas estimativas (provisão complementar) por meio de estudos internos baseados em modelos estatísticos que capturam informações históricas e prospectivas, de forma a refletir a sua expectativa de perdas em diferentes cenários econômicos (positivo, esperado e adverso).

Consideramos a mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa como um principal assunto de auditoria, em razão do julgamento significativo, envolvidos na avaliação das premissas utilizadas na classificação das operações de crédito e na determinação da provisão complementar.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar do assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumidos abaixo.

Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos automatizados e manuais, relacionados aos processos: (i) desenvolvimento, aprovação e aplicação das metodologias internas de avaliação dos níveis de risco (“ratings”) dos clientes que suportam a classificação das operações; (ii) definição, aprovação e aplicação das principais premissas utilizadas na atribuição dos ratings, incluindo aqueles relacionados a revisão individualizada da análise de risco de crédito e a governança estabelecida para respectiva aprovação.

Adicionalmente, para os clientes avaliados individualmente, analisamos com base em amostragem (por critérios estatísticos e itens específicos), os dados que suportam a definição e revisão dos ratings dos clientes pela Instituição, tais como a proposta de crédito, informações financeiras e cadastrais, reestruturação operacional e/ou financeira, garantias e plano de recuperação judicial, verificando a aderência desta atribuição de rating em relação às políticas internas da Instituição. Para os clientes avaliados de forma massificada, testamos a atribuição das classificações de ratings de acordo com as metodologias internas de avaliação dos níveis de risco de cada cliente. Avaliamos também, as metodologias e premissas utilizadas para a determinação da provisão complementar, que incluem a avaliação da Instituição quanto ao aumento da inadimplência aumento no índice de desemprego, entre outros.

Analizamos, por amostragem estatística, o cálculo aritmético da provisão para créditos de liquidação duvidosa da carteira de crédito, considerando a avaliação sobre o atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, como ratings mínimos em relação aos dias em atraso, atribuição do pior rating para operações de um mesmo grupo econômico e manutenção do rating anterior para casos de renegociação/recuperação do crédito. Avaliamos ainda as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, no contexto das demonstrações contábeis individuais tomadas em conjunto referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2022.

Avaliação da mensuração das provisões e das divulgações dos passivos contingentes – Fiscais e cíveis

Conforme descrito nas notas explicativas nº 15, a Instituição é parte passiva em processos judiciais de naturezas fiscais e cíveis, decorrentes do curso normal de suas atividades, com as respectivas provisões registradas nas demonstrações contábeis individuais nos montantes de R\$ 1.435.493 mil e R\$ 64.469 mil, respectivamente.

Para certos processos fiscais e cíveis, como aqueles relacionados à legalidade e constitucionalidade de certos impostos, indenização por dano moral e patrimonial, referentes a produtos e serviços bancários, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito, ajustes de correção monetária dos saldos de cadernetas de poupança devido à implementação de planos econômicos pelo Governo Federal, e algumas outras ações cíveis específicas, foi necessário julgamento significativo para determinar a probabilidade de perda e estimar o valor envolvido.

Nós consideramos a mensuração das provisões e das divulgações dos passivos contingentes como um principal assunto de auditoria, devido ao grau de julgamento, envolvido na determinação dos métodos e premissas utilizados para mensurar as provisões de passivos contingentes.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar esse assunto significativo para nossa auditoria incluíram o resumo abaixo.

Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos automatizados e manuais relacionados a avaliação e mensuração das provisões e das divulgações dos passivos contingentes, incluindo controles relacionados à avaliação de informações recebidas de consultores jurídicos externos e internos sobre os processos judiciais fiscais e cíveis.

Para certos processos cíveis e fiscais, analisamos as provisões reconhecidas e os valores divulgados, considerando a avaliação dos consultores jurídicos internos e

externos, bem como dados e informações históricas e jurisprudência relacionadas aos processos em questão e outros processos similares.

Obtivemos e avaliamos as confirmações recebidas diretamente dos consultores jurídicos externos para ações fiscais, que incluíam uma avaliação da probabilidade de perda e a estimativa do valor da perda, bem como as avaliações de probabilidade de perda e mensuração de risco recebidas dos consultores jurídicos internos para determinados processos cíveis. Comparamos essas avaliações e estimativas com as utilizadas pela Instituição e avaliamos a suficiência das divulgações relativas a contingências cíveis e fiscais em relação a esses assuntos.

Avaliamos também, para as ações fiscais e cíveis, a suficiência de provisão através do histórico de desembolso em relação aos respectivos valores de provisão, intensificando as análises em relação ao entendimento de casos específicos que tenham divergido das médias de desembolsos históricos.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração das provisões e as divulgações dos passivos contingentes de natureza fiscal e cível, no contexto das demonstrações contábeis individuais tomadas em conjunto referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2022.

Avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários

As demonstrações contábeis individuais incluem ativos relativos a créditos tributários no valor de R\$ 1.519.584 mil (notas explicativas nº 25c) cuja realização está fundamentada em estimativas de rentabilidade futura.

Essas projeções são baseadas nos planos de negócios e orçamentos preparados pela Instituição, e exigem a adoção de uma série de premissas relacionadas a eventos e condições futuras. Alterações em certas premissas sobre o futuro, como taxas de juros, taxas de câmbio e taxas de impostos aplicáveis, podem ter um impacto significativo nas projeções e, conseqüentemente, na recuperabilidade dos créditos tributários.

Consideramos a avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários como um principal assunto de auditoria devido ao grau de julgamento necessário para avaliar as projeções de lucros tributáveis futuros e as principais premissas subjacentes

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar esse assunto significativo para nossa auditoria incluíram o seguinte:

Testamos o desenho e efetividade operacional de certos controles internos sobre o processo da Instituição para avaliar a recuperabilidade dos créditos tributários, incluindo controles relacionados ao desenvolvimento e aprovação das premissas chaves para a elaboração do orçamento e às projeções finais de lucros tributáveis pela Instituição.

Adicionalmente, testamos os cálculos matemáticos incluídos no estudo técnico de realização dos respectivos créditos e as divulgações efetuadas pela Instituição nas demonstrações contábeis individuais.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários no contexto das demonstrações contábeis individuais tomadas em conjunto referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2022.

Controles de aplicativos e controles gerais de tecnologia da informação

O ambiente de tecnologia da Instituição possui processos de gerenciamento de acessos e de mudanças nos sistemas e aplicativos, de desenvolvimento de novos programas, além de controles automatizados e manuais nos diversos processos relevantes. Para manter suas operações em funcionamento, a Instituição fornece acesso a sistemas e aplicações para seus colaboradores, levando em consideração as funções executadas por eles e sua estrutura organizacional. Os controles para autorizar, monitorar, restringir e/ou revogar os respectivos acessos a esse ambiente devem prover segurança razoável de que os acessos e as atualizações das informações sejam efetivados de forma íntegra e precisa e pelos profissionais apropriados, para mitigar o risco potencial de fraude ou erro decorrentes de acesso indevido ou mudança em um sistema ou informação, e para garantir a integridade das informações financeiras e dos registros contábeis.

Consideramos essa área como significativa para a nossa auditoria em função da elevada dependência da Instituição de seus sistemas de tecnologia, do alto volume de transações processadas diariamente, e da importância dos controles de acesso e de gerenciamento de mudanças nos seus sistemas e aplicativos para planejar a natureza, época e extensão de nossos procedimentos de auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar desse assunto significativo para nossa auditoria incluíram o resumido abaixo.

Com auxílio de nossos profissionais de tecnologia da informação com experiência e conhecimento no setor realizamos os seguintes procedimentos:

- Testamos o desenho e a efetividade operacional, bem como controles compensatórios de certos controles de acesso chave, tais como de autorização de novos usuários, de revogação de usuários desligados e de revisão dos usuários ativos;
- Efetuamos testes, com base em amostragem, uma vez que planejamos confiar em informações específicas, sobre informações extraídas de determinados sistemas, consideradas relevantes para fins de elaboração das demonstrações contábeis individuais;

- Nas áreas em que, pelo nosso julgamento, existe uma alta dependência de tecnologia da informação, nossos testes incluíram também, a avaliação das políticas de senhas, das configurações de segurança e de controles sobre desenvolvimentos e mudanças em sistemas e aplicativos;
- Quando identificamos controles internos chave para o processo de relatório financeiro e demais processos relevantes automatizados ou com algum componente dependente de sistemas e aplicações, testamos o desenho e efetividade operacional desses controles.

As evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos nos permitiram considerar os controles de aplicativos e controles gerais de tecnologia da informação para planejar a natureza, época e extensão de nossos procedimentos de auditoria no contexto das demonstrações contábeis individuais tomadas em conjunto referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2022.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da Instituição para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Instituição e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório, porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de agosto de 2022

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Gustavo Mendes Bonini
Contador CRC 1SP-296875/O-4



bradescard